

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO

TARDE

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO — ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 - BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- 5 horas é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- 2 horas após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- 30 minutos antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!





Língua Portuguesa

1

"Trancado na parte de cima do armário, podia ver pela fresta entre as portas o homem que entrara no quarto: era baixo, gordo e com muita barba, malcuidada. Trazia na mão um tipo de revólver estranho, que eu desconhecia... Algumas vezes eu o perdia de vista, pois pelas frestas estreitas não era possível ver todo o quarto".

Nesse texto, a descrição dos objetos da cena é prejudicada pelas seguintes limitações do observador:

- (A) limitação física e limitação psicológica;
- (B) limitação psicológica e limitação do próprio objeto;
- (C) limitação do objeto e limitação de conhecimento;
- (D) limitação de conhecimento e limitação física;
- (E) limitação psicológica e limitação de posicionamento.

2

- O segmento narrativo abaixo que NÃO mostra qualquer interferência do narrador no que é narrado é:
- (A) Os bons alunos entraram na sala rapidamente, escolhendo as carteiras mais favoráveis, próximas ao professor, para que não perdessem as valiosas explicações;
- (B) Os agricultores retiraram as pragas das plantas, regaram o terreno e procuraram descobrir onde se localizavam as tocas dos gambás que comeram as frutas na noite anterior;
- (C) Os meninos, ansiosos, seguiam a história que lhes era narrada pelo avô, torcendo para que o bravo herói escapasse dos perigos;
- (D) As minas, cuidadosamente espalhadas pelo terreno, certamente causariam muitas mortes no exército inimigo;
- (E) A faxineira, detalhadamente instruída pela dona da casa, procurou retirar todas as marcas da parede e dos móveis, certa de que isso agradaria aos patrões.

3

A oração adversativa abaixo sublinhada que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição é:

- (A) Sejam numerosas as tuas relações, <u>mas os teus conselheiros,</u> <u>um entre mil;</u>
- (B) Não é sábio quem sabe muitas coisas, <u>mas quem sabe coisas</u> úteis:
- (C) A beleza é uma letra que se vence à vista, <u>mas a sabedoria</u> tem o seu vencimento a prazo;
- (D) Muitos recebem conselhos, mas só os sábios os aproveitam;
- (E) Os sábios descreem, mas os tolos creem.

4

Em todas as frases abaixo há uma locução introduzida pela preposição "sem"; a frase em que a substituição proposta é adequada é:

- (A) É grande loucura querer ser sábio sem auxílio. / isolado;
- (B) A alma sem objetivo perde-se no mundo. / desinteressada;
- (C) Com o roubo ficou completamente sem dinheiro. / carente;
- (D) Estar sem fome é sinal de desequilíbrio físico. / inapetente;
- (E) Um casal <u>sem filhos</u> parece infeliz. / órfão.

5

Sabendo que o texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo, o segmento abaixo que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos, é:

- (A) A educação é a chave de todas as portas, como já dizia um sábio latino.
- (B) A Quinta Sinfonia de Beethoven é uma orgia de sons invulgares.
- (C) Quantas pessoas têm bom ouvido para a Literatura, mas que, ao cantar, desentoam.
- (D) Nem sempre os grandes escritores são bons escritores.
- (E) A arte não é uma coisa e sim um caminho.

6

A frase em que a substituição da oração reduzida sublinhada por uma oração desenvolvida de mesmo significado foi feita de forma adequada é:

- (A) Sirvo-me dos animais <u>para instruir os homens</u>. / Sirvo-me dos animais para a instrução dos homens;
- (B) A ave julga <u>prestar um serviço ao peixe</u> ao erguê-lo no ar. / A ave julga que prestou um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar;
- (C) A flor não nasceu <u>para decorar a casa</u>, embora o morador pense o contrário. / A flor não nasceu para a decoração da casa, embora o morador pense o contrário;
- (D) Todas as coisas são difíceis antes <u>de se tornarem fáceis</u>. /
 Todas as coisas são difíceis antes de que se tornassem fáceis;
- (E) A vida que esse povo viveu não <u>o</u> deixou <u>viver</u>. / A vida que esse povo viveu não deixou que ele vivesse.

7

A frase abaixo em que houve troca <u>indevida</u> entre "afim" e "a fim" é:

- (A) A gente distorce a forma a fim de criar espaço;
- (B) O governo não está a fim de recuperar a popularidade;
- (C) O STF não fica a fim do Palácio do Planalto;
- (D) O Congresso não parece a fim de aprovar esse projeto;
- (E) A fim de mudar a lei, todos os partidos se movimentaram.

8

- A frase em que as palavras sublinhadas repetidas mostram significados diferentes é:
- (A) No Brasil é igual lá em casa: quem fala não manda e quem manda não fala;
- (B) Uma batalha perdida é uma batalha que se crê perdida;
- (C) A guerra é a guerra dos homens; a paz é a guerra das ideias;
- (D) Nas crises políticas, para o homem honrado, o mais difícil não é cumprir o seu <u>dever</u> e sim saber qual é esse <u>dever</u>;
- (E) Um <u>refugiado</u> africano precisa de menos calorias e menos roupas do que um <u>refugiado</u> de Kosovo?

Entre as frases abaixo, aquela que mostra repetição por meio do paralelismo sintático, isto é, a repetição de uma mesma estrutura, é:

- (A) Quando o governo não consegue conciliar governo e povo, nessa hora o governo deve dissolver o povo;
- (B) O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo acampa, nós acossamos; o inimigo se cansa, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimos;
- (C) Dois exércitos que combatem s\u00e3o um grande ex\u00e9rcito que se suicida:
- (D) O que sabe governar sempre encontra os que sabem obedecer;
- (E) Ainda não é o fim, tampouco o começo do fim, mas é com certeza o fim do começo.

10

A frase abaixo em que houve ERRO no emprego da forma "há", em lugar de "a", é:

- (A) Não há nenhuma casa como a nossa;
- (B) Será que não há nada claro e direto na vida, como veem as criancas?
- (C) Sem elegância no coração, não há elegância;
- (D) A casa ficava há uma distância de vinte metros;
- (E) Ainda não encontrei o homem certo, pois há poucos homens bons para muitas mulheres boas.

11

Nas frases abaixo há duas formas sublinhadas, sendo a segunda uma forma abreviada da primeira. A opção em que essa forma abreviada se mostra INADEQUADA é:

- (A) Na cidade havia um estacionamento especial para motocicletas e muitas motos ficavam ali todo o dia;
- (B) Os <u>automóveis</u> foram criados há mais de um século e hoje os <u>autos</u> são uma atração à parte nas cidades;
- (C) Houve uma <u>festança</u> na comemoração do aniversário da cidade e a população vai lembrar-se dessa <u>festa</u> por anos;
- (D) Os filmes que envolvem <u>pornografia</u> são parcialmente proibidos, mas a indústria de filmes <u>pornô</u> continua firme;
- (E) A <u>poliomielite</u> foi extinta no Brasil há alguns anos, mas alguns casos de <u>pólio</u> reapareceram há pouco.

12

Observe a seguinte frase:

"A UERJ é uma grande universidade e está entre as melhores do país, segundo as pesquisas".

A afirmativa correta sobre os componentes ou estrutura dessa frase é:

- (A) a leitura dessa sigla tanto pode ser feita por soletração como pode ser feita como um vocábulo;
- (B) toda sigla incluída num texto deve ser desenvolvida entre parênteses, colocados após o seu emprego;
- (C) nessa sigla deveriam ser colocados pontos após cada letra maiúscula;
- (D) essa sigla deveria incluir outras letras para torná-la mais facilmente pronunciável;
- (E) caso houvesse necessidade de separação silábica da sigla ao final de uma linha, a única forma possível seria UE-RJ.

13

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de particípio é:

- (A) matar / matado e morto;
- (B) morrer / morrido e morto;
- (C) soltar / soltado e solto;
- (D) suspender / suspendido e suspenso;
- (E) romper / rompido e rupto.

14

Entre as frases abaixo – do livro "A Cidade e as Serras", de Eça de Queiroz –, aquela em que a forma sublinhada está malempregada é:

- (A) "Quando um Sol que não avisto, nunca avistarei, morre de inanição nas profundidades, esse esguio galho de limoeiro, em baixo na horta, sente um secreto arrepio de morte...";
- (B) "- Então o sr. D. Jacinto?... O sr. D. Jacinto andava lá para debaixo, com o Silvério e com o Melchior, nos campos de Freixomil...";
- (C) "– Ando aí pelas terras desde o romper de alva! Pesquei já hoje quatro trutas magníficas... Lá <u>embaixo</u>, no Naves, um riachote que se atira pelo vale de Seranda... temos logo ao jantar essas trutas!";
- (D) "E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá <u>embaixo</u> na Carriça, entre o lixo e o pedregulho";
- (E) "E não houve mais pássaro que cantasse, e os arroios fugiram para debaixo das ervas, com um lento murmúrio de choro".

15

Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- (A) Trabalhamos com o propósito de tornar nossos produtos <u>obsoletos</u>, antes que nossos concorrentes o façam;
- (B) Quando você contrata pessoas mais <u>inteligentes</u> que você, prova que é mais inteligente que elas;
- (C) O protesto <u>papal</u> ocorreu num momento de turbulência política na Igreja;
- (D) Os processos <u>demorados</u> tiram a credibilidade do sistema judiciário;
- (E) Na inflação <u>capitalista</u>, os preços sobem; na inflação socialista, os produtos somem.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Uma moeda é tal que, a cada vez que ela é lançada, a probabilidade de sair "cara" é igual a $\frac{2}{5}$. Essa moeda é lançada 3 vezes.

A probabilidade de que saia "cara" pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{98}{125}$
- (B) $\frac{54}{125}$;
- (C) $\frac{50}{125}$;
- (D) $\frac{27}{125}$;
- (E) $\frac{18}{125}$.

17

Sabe-se que o número $N=\frac{3x-18}{4}$ é um número inteiro maior do que 0 (zero) e que x também é um número inteiro maior do que 0 (zero).

A soma dos algarismos do menor valor possível para x é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

18

Augusto, Breno, Caio e Diego deverão formar uma fila, mas Augusto não quer ser o primeiro e Diego não quer ser o último. O número de filas possíveis é:

- (A) 8;
- (B) 10;
- (C) 12;
- (D) 14;
- (E) 16;

19

Em um supermercado, uma lata de certo produto foi anunciada com preço em oferta:



O valor do desconto é, aproximadamente, de:

- (A) 45%;
- (B) 54%;
- (C) 60%;
- (D) 64%;
- (E) 69%.

20

Uma fábrica vende seu produto em embalagens de dois tamanhos. Depois de completamente cheias, as menores pesam 6 kg e as maiores pesam 11 kg. Em um transporte, o peso total de várias embalagens cheias foi de 190 kg.

O menor número possível de embalagens transportadas foi:

- (A) 19;
- (B) 20;
- (C) 21;
- (D) 22;
- (E) 23.

Noções de Sustentabilidade

21

Os atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, os importadores, os distribuidores ou os comerciantes, com vistas à implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, são denominados:

- (A) acordos setoriais;
- (B) termos de ajustamento de conduta;
- (C) compromissos setoriais;
- (D) acordos de logística reversa;
- (E) termos de responsabilidade de logística reversa.

22

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, é correto afirmar que visa à(ao):

- (A) total eliminação da utilização de combustíveis fósseis;
- (B) paralisação das atividades das empresas que não cumpram suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa;
- (C) remoção dos sumidouros de carbono em território nacional;
- (D) estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões;
- (E) proteção prioritária do sistema climático em detrimento do desenvolvimento econômico-social.

23

A emissão excessiva de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa, resultando no aquecimento global e em alterações climáticas, razão pela qual é crescente a pressão global pela redução da emissão de tais gases.

De acordo com o conceito trazido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a definição "processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa" corresponde ao conceito de:

- (A) sumidouro;
- (B) mitigação;
- (C) redução de impacto;
- (D) adaptação;
- (E) sequestro de carbono.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) determina, em seu Art. 51, que "[s]em prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei".

O artigo acima transcrito exemplifica a adoção do princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos conhecido como:

- (A) poluidor pagador;
- (B) princípio da ubiquidade;
- (C) princípio da vedação ao retrocesso ambiental;
- (D) responsabilização subjetiva em matéria de resíduos sólidos;
- (E) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

25

Os resíduos sólidos urbanos, quando dispostos irregularmente, podem gerar uma série de impactos negativos ao ambiente, como obstrução de vias e logradouros, assoreamento de rios e proliferação de vetores, entre outros.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n° 12.305/2010), os resíduos sólidos urbanos englobam, quanto à origem:

- (A) os resíduos de limpeza de logradouros;
- (B) os resíduos gerados nos serviços de saúde;
- (C) os resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais:
- (D) o lodo gerado no tratamento da água nas estações de tratamento de água;
- (E) os resíduos gerados nas construções civis, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

Noções de Direito Administrativo

26

Ao estudar o conceito de Administração Direta e Indireta e suas respectivas características, Gabriel verificou corretamente que:

- (A) todos os entes integrantes da Administração Direta submetem-se ao regime de precatórios;
- (B) todas as entidades integrantes da Administração Indireta têm personalidade jurídica de direito privado;
- (C) todos os entes e entidades da Administração Direta e Indireta têm bens públicos, nos termos da lei;
- (D) todas as entidades integrantes da Administração Indireta adotam o regime do emprego público, ou seja, submetido às leis trabalhistas;
- (E) nenhum ente integrante da Administração Direta tem personalidade jurídica.

27

Diante de uma indagação acerca de em qual situação é possível a convalidação de um ato administrativo eivado de vício, Ribamar, regularmente investido no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, respondeu corretamente que tal sanatória voluntária é cabível quando:

- (A) há má-fé dos administrados;
- (B) é verificada a existência de desvio de finalidade;
- (C) o ato administrativo já começou a produzir os seus efeitos;
- (D) é constatada lesão ao interesse público;
- (E) for possível ocasionar prejuízo a terceiros.

28

Caso verifiquem que determinada manifestação de pessoas está se tornando violenta, de modo a colocar em perigo o patrimônio público e a segurança dos indivíduos, as autoridades competentes têm o poder-dever de atuar para debelar tal situação, sem a necessidade de intervenção judicial, com base em determinado atributo do poder de polícia.

O mencionado atributo é:

- (A) a heteroexecutoriedade, que corresponde à possibilidade de impor obrigações aos particulares pela manifestação da própria vontade;
- (B) a exigibilidade, que significa a viabilidade de impor aos administrados a realização de determinadas condutas;
- (C) a autoexecutoriedade, que implica a possibilidade de uso da força e imposição de medida por determinação administrativa;
- (D) a coercibilidade, que implica instrumentos firmados em decorrência do livre acordo de vontade entre as partes;
- (E) a consensualidade, que resulta na possibilidade de levar a efeito os seus próprios atos sem a necessidade de intervenção judicial.

29

Após a prática de conduta que configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, na forma do Art. 10 da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Wellington, que é servidor federal estável, passou a analisar as penalidades aplicáveis em tal situação, vindo a concluir corretamente que pode ser imposta em tal caso a sanção de:

- (A) cassação definitiva dos direitos políticos;
- (B) multa civil de até cinco vezes o valor do dano ocasionado;
- (C) suspensão de direitos políticos pelo prazo de até doze anos;
- (D) impedimento de ingressar no serviço público, ainda que mediante novo concurso público;
- (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quinze anos.

Maya e Gael se formaram juntos na faculdade de direito e estudavam para concurso público na mesma biblioteca. Ela foi aprovada no certame de técnico judiciário do Tribunal Regional da 1º Região, enquanto ele passou para advogado de determinada sociedade de economia mista federal.

Considerando que eles estão conversando sobre a possibilidade de acumulação de cargos e empregos públicos, à luz das disposições constitucionais, a conclusão correta alcançada por ambos é no sentido de que:

- (A) tanto Maya quanto Gael podem acumular seus respectivos cargo e emprego com quaisquer outros cargos e empregos públicos da Administração Pública;
- (B) nenhum deles pode acumular seu cargo ou emprego com qualquer outro cargo ou emprego público de advogado na Administração Pública;
- (C) ambos poderiam acumular seu cargo ou emprego com outro emprego público de advogado, mas não com cargo público relativo ao exercício de tal profissão;
- (D) apenas Maya poderia acumular seu cargo com outro cargo público de advogado na Administração Pública;
- (E) somente Gael poderia acumular seu emprego com outro emprego público de advogado na Administração Pública.

31

Dentre as definições constantes da Lei nº 14.133/2021, existe aquela que se refere às atividades "que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto".

Tal caracterização se refere a serviços:

- (A) de grande vulto;
- (B) regulamentados;
- (C) não contínuos ou contratados por escopo;
- (D) contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:
- (E) técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

32

Ao estudar o princípio da supremacia do interesse público, à luz do direito administrativo moderno, Cristiane concluiu corretamente que:

- (A) o interesse público primário confunde-se com o interesse público secundário, não sendo possível distingui-los;
- (B) a supremacia do interesse público é um princípio expressamente consagrado na Constituição da República de 1988:
- (C) o interesse público secundário deve prevalecer sobre o interesse privado, ainda que importe em indevida restrição a direitos fundamentais;
- (D) o interesse público e o interesse privado são dicotômicos, sendo inviável alcançar a materialização daquele mediante a garantia dos direitos fundamentais;
- (E) o interesse público primário deve ser considerado o objetivo finalístico da Administração, notadamente para fins de ponderação com direitos fundamentais.

33

Considerando as hipóteses de extinção do contrato administrativo consagradas na Lei nº 14.133/2021, observa-se que há situações em que elas devem ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

É correto afirmar que se enquadra(m) na aludida situação:

- (A) todas as modalidades de extinção previstas na norma em comento;
- (B) apenas as hipóteses de extinção que não estejam previstas na norma em foco;
- (C) somente a extinção decorrente dos meios alternativos de resolução de controvérsias;
- (D) tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração quanto a extinção consensual;
- (E) a extinção determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Noções de Direito Constitucional

34

Determinado ente federativo editou a Lei nº X, assegurando um benefício pecuniário aos seus servidores, o qual seria pago em prestação única àqueles que preenchessem certos requisitos. Pouco meses depois, com a mudança de governo, foi editada a Lei nº Y, revogando a Lei nº X. Nesse momento, Joana percebeu que não tinha formulado o requerimento para a fruição do referido benefício, embora tivesse preenchido todos os requisitos exigidos. Por tal razão, consultou o departamento de recursos humanos sobre a possibilidade de vir a fazê-lo já sob a égide da Lei nº Y.

Foi corretamente esclarecido a Joana que, na perspectiva da Constituição da República, ela:

- (A) tem o direito subjetivo ao benefício, pois preenchera os requisitos exigidos sob a égide da Lei nº X;
- (B) não faz jus ao benefício, pois a Lei nº Y passou a reger todos os requerimentos formulados sob sua égide;
- (C) somente fará jus ao benefício caso haja uma norma de transição na Lei nº Y reconhecendo o seu direito;
- (D) tinha mera expectativa de direito até requerer o benefício, o qual deixou de existir com a superveniência da Lei nº Y;
- (E) pode requerer a fruição do benefício, mas o deferimento, ou não, do requerimento será ato discricionário da autoridade competente.

Maria, atleta profissional com destacada atuação em um esporte coletivo, não sabia se a ordem constitucional lhe assegurava alguma proteção em razão de sua participação em eventos desportivos juntamente com sua equipe. Afinal, esses eventos são objeto de transmissão pela mídia televisiva ou radiofônica, tendo valor econômico.

Ao consultar um especialista na matéria, Maria foi corretamente informada de que a Constituição da República:

- (A) dispõe sobre a temática em norma de eficácia plena;
- (B) dispõe sobre a temática em norma de eficácia contida;
- (C) dispõe sobre a temática em norma de eficácia limitada;
- (D) realiza a proteção individual dos direitos autorais, mas não nas participações coletivas;
- (E) somente protege a participação em obras coletivas de natureza intelectual, não em matéria desportiva.

36

João, brasileiro nato e sem nenhuma outra nacionalidade, adquiriu uma convicção filosófica que valoriza a individualidade e é refratária a qualquer submissão ao poder originário de mando que é próprio do Estado de Direito. Por tal razão, formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira à autoridade brasileira competente.

O pedido de João, à luz da Constituição da República:

- (A) deve ser acolhido, considerando o caráter disponível da nacionalidade;
- (B) não pode ser acolhido, pois João somente tem a nacionalidade brasileira;
- (C) deve ser acolhido, pois a objeção de consciência é reconhecida pela ordem constitucional;
- (D) pode ser acolhido, ou não, pela autoridade competente, conforme o interesse público subjacente ao pedido;
- (E) não pode ser acolhido, pois a ordem constitucional considera a nacionalidade um direito indisponível, não admitindo pedidos dessa natureza.

37

O Conselho da Justiça Federal (CJF), no exercício de sua competência, tomou determinada decisão a respeito da forma de realização da despesa pública pelos Tribunais Regionais Federais. Em momento posterior, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou entendimento diverso, veiculado em norma geral, a respeito da mesma temática.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que:

- (A) a decisão do CJF deve preponderar;
- (B) a decisão do CNJ deve preponderar;
- (C) deve ser suscitado conflito de competência perante o Supremo Tribunal Federal;
- (D) deve ser suscitado conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) a decisão do CNJ não é vinculante para os órgãos subordinados ao CJF; logo, não há conflito.

38

Joana era servidora pública federal ocupante do cargo X, tendo alcançado a estabilidade. Em momento posterior, após aprovação em concurso público, deixou o cargo X e foi nomeada para ocupar o cargo Y, também no âmbito da Administração Pública federal. Após alguns meses de exercício funcional neste último cargo, foi informada de que o seu antigo ocupante, João, tivera sua demissão invalidada por sentença judicial transitada em julgado, sendo determinada sua reintegração.

Nesse caso, é correto afirmar que Joana:

- (A) deve ser transferida para outro cargo, com remuneração igual ou superior à do cargo Y;
- (B) pode ser reconduzida ao cargo X, com direito a indenização pelos prejuízos sofridos;
- (C) pode ser posta em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (D) deve ser transferida para quadro especial, fora da carreira, até que surja uma vaga que possibilite a sua nomeação;
- (E) deve ser exonerada, sem prejuízo de posterior nomeação, caso surja uma vaga no período de validade do concurso público no qual foi aprovada.

39

Determinado ente federativo almejava celebrar ajuste com entes privados, de modo que estes pudessem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Em razão da dúvida a respeito da natureza do instrumento a ser celebrado, o chefe do Poder Executivo formulou consulta ao procurador-geral do referido ente federativo, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) pode ser celebrado um ajuste sob a forma de convênio;
- (B) deve ser celebrado contrato, de direito público ou privado;
- (C) deve ser celebrado contrato de direito público, preferencialmente com entes sem fins lucrativos;
- (D) deve ser celebrado um instrumento em que haja interesses contrapostos, considerando o pagamento a ser realizado;
- (E) pode ser celebrado contrato de direito público ou convênio, mas apenas com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

40

Pedro, com domicílio no Município X, sede da Comarca Y, decidiu ajuizar uma ação em face de autarquia federal que presta serviços públicos direcionados ao aprimoramento da produção rural. No entanto, a comarca de domicílio de Pedro não é sede de vara da Justiça Federal.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que a referida ação:

- (A) pode ser ajuizada, caso a lei o autorize, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (B) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (C) deve ser ajuizada, por imperativo constitucional, perante a vara federal que tenha competência no respectivo território;
- (D) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou perante a seção judiciária do Distrito Federal;
- (E) pode ser ajuizada, nos termos da lei, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou a Justiça Federal, considerando a vara federal competente na localidade ou no Distrito Federal.

Conhecimentos Específicos

41

Virgínia foi contratada para efetuar reparos na rede da empresa K. Ao fazer um estudo rápido sobre os problemas de conectividade existentes, notou que três máquinas tinham sido configuradas com o endereço de rede incorreto. A empresa tem disponível o range de IPs 192.168.0.0/24, que estava dividido em sub-redes com máscara 255.255.255.240/28. As máquinas incorretas tinham os IPs: 192.168.0.85, 192.168.0.86 e 192.168.0.87.

Para que os hosts sejam configurados corretamente, Virgínia deverá atribuir os IPs à sub-rede:

- (A) 192.168.0.32;
- (B) 192.168.0.48;
- (C) 192.168.0.64;
- (D) 192.168.0.80;
- (E) 192.168.0.96.

42

Karen é uma administradora de redes que recebeu a tarefa de segmentar o endereço de rede 10.5.16.0/24 em sub-redes menores para um melhor aproveitamento. A empresa tem oito departamentos, que devem possuir a mesma quantidade de endereços disponíveis. Karen identificou que nenhum departamento precisará de mais de 27 endereços de host.

Como forma de atender à demanda e ter o menor desperdício de endereços IPs, Karen deverá usar a máscara:

- (A) 255.255.255.128;
- (B) 255.255.255.192;
- (C) 255.255.255.224;
- (D) 255.255.255.240;
- (E) 255.255.255.248.

43

Ana trabalha no Departamento de Infraestrutura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ela recebeu um grande número de chamados relatando problemas de sincronismo entre as mensagens enviadas. Isso ocorreu porque as mensagens não continuavam a partir do ponto em que estavam, em virtude de uma falha na comunicação e a sua subsequente recuperação. Outra demanda apresentada foi em relação à falta de gerenciamento de token, razão pela qual operações críticas estavam sendo executadas ao mesmo tempo.

Para que esses problemas sejam resolvidos e sabendo que o TRF1 faz uso do modelo de referência OSI, Ana deverá atuar na camada:

- (A) física;
- (B) de enlace;
- (C) de rede;
- (D) de transporte;
- (E) de sessão.

44

A Divisão de Redes do Tribunal Regional Federal da Primeira Região está com a demanda de instalação de uma impressora que será usada por 10 funcionários. O caminho entre os computadores da sala e a impressora é bem curto e livre de obstáculos. A sala não possui disponibilidade de acesso via cabeamento, tornando a comunicação sem fio indispensável para o local. A impressora instalada trabalha a 4000 Mbits/s.

A Divisão de Redes deverá instalar o sistema de transmissão via:

- (A) infravermelho de alta velocidade;
- (B) infravermelho de média velocidade;
- (C) infravermelho de baixa velocidade;
- (D) laser;
- (E) laser de alta velocidade.

45

A Divisão de Comunicações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região está implementando uma nova aplicação para uso de voz e vídeo com o objetivo de aumentar a segurança nas reuniões executadas remotamente. Essa nova aplicação usará um protocolo fim a fim, que não fará uso de sequenciamento nem controle de fluxo, de forma que a entrega imediata seja mais importante que a entrega precisa.

Para atender aos requisitos da nova aplicação, a Divisão de Comunicações implementará o protocolo:

- (A) TCP (Transmission Control Protocol);
- (B) UDP (User Datagram Protocol);
- (C) Ethenet;
- (D) IP (Internet Protocol);
- (E) ICMP (Internet Control Message Protocol).

46

João foi contratado para a melhorar a rede local da empresa G. Essa implementação consiste em uma solução que permita que dois ou mais roteadores sejam configurados em um grupo virtual para compartilhar um endereço IP virtual. Os roteadores no grupo virtual cooperam entre si para apresentar um endereço IP virtual único como o gateway padrão para hosts na rede local. Um roteador é eleito como roteador ativo, responsável por enviar pacotes para o endereço IP virtual, enquanto os outros roteadores no grupo atuam como roteadores em espera.

Para atender à implementação, João usará o protocolo de roteamento:

- (A) BGP (Border Gateway Protocol);
- (B) OSPF (Open Shortest Path First);
- (C) RIP (Routing Information Protocol);
- (D) HSRP (Hot Standby Router Protocol);
- (E) VRRP (Virtual Router Redundancy Protocol).

A Divisão de Redes do Tribunal Regional Federal da Primeira Região identificou que sua rede local estava com queda em sua performance em virtude de loops na rede, mesmo trabalhando com o protocolo Spanning Tree.

A Divisão de Redes chegou corretamente à possível conclusão de que:

- (A) como as bridges transmitem as informações por multicast para seus vizinhos, apenas um pequeno grupo recebia a nova informação de configuração da topologia;
- (B) o protocolo Spanning Tree pode ter sido desabilitado involuntariamente, não permitindo uma atualização da árvore em virtude de possíveis atualizações na topologia da rede:
- (C) mesmo usando a Spanning Tree, havia caminhos redundantes, e com isso todas as portas estavam no estado desativado para a utilização do protocolo;
- (D) os switches entraram em modo promíscuo e com isso passaram a executar o algoritmo Spanning Tree localmente, disponibilizando a informação para todos os elementos da rede:
- (E) na bridge, o frame BPDU estava utilizando o endereço único MAC multicast da porta como endereço de origem, e o endereço de destino era o endereço MAC unicast da Spanning Tree.

48

Amanda foi contratada pela empresa J para melhoria de segurança da rede local sem fio existente. Ela identificou que a rede atual não tinha criptografia e comunicou o caso à chefia. A chefia elaborou um relatório com as características que deveriam estar presentes no algoritmo a ser implementado. O algoritmo deve usar o modo de operação Counter Mode Cipher Block Chaining Message Authentication Code Protocol, baseado no AES; fornecer verificação de integridade e autenticidade; e ser mais adequado para uso empresarial. Ao ler o relatório, Amanda informou que já tinha a solução, porém ela seria vulnerável ao ataque de reinstalação de chaves.

Como a chefia não se opôs, Amanda implementou o algoritmo:

- (A) WPA2-EAP;
- (B) WPA2-PSK;
- (C) WPA;
- (D) WEP;
- (E) DES.

49

A equipe de banco de dados do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) implementou um banco a partir da arquitetura em três esquemas. Essa metodologia embute o conceito de independência de dados, de modo que um nível não interfira no outro.

Uma ação que pode ser executada pela equipe de banco de dados para que o sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) garanta a independência lógica de dados é o(a):

- (A) alteração da visualização no programa de aplicação;
- (B) modificação de um registro em uma tabela;
- (C) criação de índices em uma tabela;
- (D) particionamento de uma tabela;
- (E) substituição da aplicação por outra com linguagem de programação mais moderna.

50

Amanda, administradora de banco de dados (DBA) da empresa X, está efetuando ajustes em seu sistema de banco de dados (SGBD) Oracle. Ela identificou que a tablespace de UNDO default não foi criada corretamente, o que está acarretando muitas falhas nas transações executadas. Amanda resolveu criar uma nova tablespace de UNDO, conforme script a seguir.

create undo tablespace UNDOTBS1 datafile 'undotbs_01.dbf' size 100M autoextend on;

Na tentativa de tornar default do banco de dados a tablespace UNDOTBS1, Amanda poderá:

- (A) adicionar a cláusula nologging ao script no momento da criação da undo tablespace UNDOTBS1;
- (B) certificar-se de que o sistema gerenciador de banco de dados opere em modo de gerenciamento de undo automático;
- (C) executar o comando drop na tablespace de UNDO anterior, pois assim a UNDOTBS1 será assumida como default automaticamente:
- (D) encontrar uma falha no comando executado, de modo que, ao dropar a tablespace de UNDO existente, o banco assumirá a tablespace SYSAUX como default;
- (E) substituir a query apresentada por outra que faça a criação de uma tablespace bigfile, pois este é o único formato para a cláusula default.

51

Lara trabalha como caixa em uma instituição financeira para o atendimento ao público. Em seu dia a dia, ela trabalha executando um pequeno conjunto de operações, e estas são realizadas repetidamente.

Como forma de interação com o sistema gerenciador de banco de dados, é definida para Lara a interface:

- (A) baseada em menu para clientes;
- (B) baseada em formulário;
- (C) de linguagem natural;
- (D) paramétrica;
- (E) para o Administrador de banco de dados.

52

Augusto recebeu um arquivo de texto contendo a lista dos equipamentos utilizados no Centro de Dados do Tribunal e precisa inseri-los no banco de dados de um sistema que é usado para gerenciar o patrimônio de TI.

Para criar um registro em uma tabela em um banco de dados utilizando SQL, deve-se usar o comando:

- (A) DROP TABLE
- (B) ADD RECORD
- (C) CREATE NEW
- (D) INSERT INTO
- (E) ALTER DATABASE

Em um ambiente de Business Intelligence, Júlio implementou uma ferramenta OLAP para apoiar a análise de dados do Data Mart do TRF1. Uma das consultas mais realizadas é o total de processos por tipo e por data.

A operação OLAP que permite a geração de um subcubo é a:

- (A) slice
- (B) dice
- (C) drill up
- (D) rotate
- (E) pivot

54

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região está modernizando sua infraestrutura. Após vários estudos, a equipe de planejamento da solução identificou que a solução adotada deverá ser provisionada exclusivamente para o TRF1. Além disso, a gerência e operação serão feitas por uma combinação entre o TRF1 e a empresa dona da solução. Por fim, a solução deverá permanecer fisicamente fora das instalações do TRF1.

Pode-se concluir que a equipe de planejamento fará uso do modelo de implantação chamado:

- (A) private cloud;
- (B) platform as a service (paas);
- (C) community cloud;
- (D) public cloud;
- (E) hybrid cloud.

55

A empresa Y foi contratada para efetuar uma divisão por zonas DNS dentro do servidor DNS (Domain name system) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Uma zona DNS é a parte específica de um namespace DNS que é hospedada em um servidor DNS. Essa zona contém registros de recursos, e o servidor DNS responde a consultas de registros nesse namespace. Como característica dessa zona, o servidor DNS armazenará os dados em um arquivo local. Essa zona pode ser usada na criação, edição ou exclusão de registros de recursos.

O tipo de zona configurado pela empresa Y foi a zona:

- (A) autoritária;
- (B) primária;
- (C) secundária;
- (D) stub;
- (E) de pesquisa inversa.

56

Um médico faz uso de um conjunto de aplicativos de atendimento em nuvem (portanto, não instalados em seu computador). Como ele atende em vários locais diferentes, precisa acessar esses sistemas através da Internet, usando o navegador de seu computador. Além de acessar os aplicativos, ele também guarda as receitas geradas pelo sistema e emitidas a seus pacientes para controle.

Para garantir o funcionamento correto em seu trabalho, o médico contratou o modelo de serviço de nuvem:

- (A) infraestrutura como serviço;
- (B) plataforma como serviço;
- (C) comunicação como serviço;
- (D) software como serviço;
- (E) desenvolvimento como serviço.

57

Gabriel, gerente de vendas na empresa X, precisa fazer uma reunião com dois fornecedores de sua empresa. Ele possui em seu computador o pacote OFFICE 365. Sabendo da dificuldade de locomoção atualmente, Gabriel acertou com o pessoal envolvido que a reunião seria online. Ele solicitou apoio de um auxiliar da empresa X e fará uso do Microsoft Teams. Gabriel gerará o link para a reunião e gerenciará o momento em que cada fornecedor poderá falar. Seus fornecedores precisarão conversar e compartilhar vídeos. Seu auxiliar fará compartilhamento de conteúdo e controlará a gravação da reunião para a geração de uma ata.

Sendo assim, Gabriel, seus fornecedores e seu auxiliar deverão ter, respectivamente, as funções de:

- (A) participante, participante e organizador;
- (B) participante, organizador e organizador;
- (C) organizador, organizador e participante;
- (D) organizador, participante e participante;
- (E) organizador, organizador e organizador.

58

João, que trabalha no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, está configurando o serviço de diretório (Lightweight Directory Access Protocol (LDAP)) de forma a possibilitar que os usuários da rede local localizem dados sobre organizações, indivíduos e outros recursos disponíveis. João precisa adicionar uma nova entrada, movimentar algumas entradas e, depois disso, fechar a conexão.

Nesse processo, João executará, respectivamente, os comandos:

- (A) bind, move e exit;
- (B) bind, compare e unbind;
- (C) add, modify dn e unbind;
- (D) starttls, modify e abandon;
- (E) add, move e abandon.

59

Fábio está automatizando alguns processos em sua empresa com a utilização de scripts em Bash. Ele gostaria de ter acesso a alguns processos e colocá-los em background. Contudo, esse processo vinha sendo executado manualmente.

Fábio descobriu que essa tarefa de colocação de processos em background poderia ser executada por meio do atalho do teclado:

- (A) Ctrl+z;
- (B) Ctrl+r;
- (C) Ctrl+w;
- (D) Ctrl+u;
- (E) Ctrl+y.

A equipe de desenvolvimento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região está fazendo a configuração de um arquivo web.xml de um servidor Tomcat. O parâmetro modificationTestInterval foi definido para 10.

Com base nessa nova configuração, a equipe de desenvolvimento definiu:

- (A) que, se uma compilação JSP falhar, o parâmetro omodificationTestInterval deve ser ignorado por 10 segundos, e o próximo acesso acionará uma tentativa de recompilação;
- (B) o número máximo de JSPs que serão carregados para um aplicativo da web. Se uma quantidade de JSPs maior que esse número for carregada, os JSPs usados menos recentemente serão descarregados;
- (C) que a quantidade de tempo em segundos que um JSP pode ficar inativo antes de ser descarregado. Um valor zero ou menor indica que ele nunca descarregará;
- (D) um JSP não seja verificado quanto a modificações durante o intervalo de tempo especificado (em segundos) desde a última vez em que o JSP foi verificado;
- (E) o tempo em segundos entre verificações para ver se uma página JSP (e seus arquivos dependentes) precisa ser recompilada.

61

A equipe de TI de um órgão está operando, 24 horas por dia nos 7 dias da semana, com um storage obsoleto que tem apresentado várias falhas, causando indisponibilidade nos serviços oferecidos. Em um período de 10 dias, o equipamento falhou 3 vezes. A primeira falha demorou 2 horas para ser reparada, a segunda falha demorou 1 hora para ser reparada e terceira falha levou 3 horas para ser reparada.

O MTBF (Mean Time Between Failures) e o MTTR (Mean Time to Repair) do storage no período de 10 dias são, respectivamente:

- (A) 70 horas e 6 horas;
- (B) 78 horas e 2 horas;
- (C) 88 horas e 3 horas;
- (D) 66 horas e 3 horas;
- (E) 80 horas e 2 horas.

62

A utilização de redes SAN para trafegar dados em um ambiente corporativo permite segregar os dados trafegados na SAN e na rede ethernet utilizada. Uma desvantagem da rede SAN baseada em Fiber Channel é seu alto custo de investimento e manutenção, além da complexidade de administração.

Para reduzir os custos, é possível realizar uma implementação sobre a rede ethernet, utilizando, para transportar blocos de dados, o protocolo:

- (A) iSCSI;
- (B) SMB;
- (C) CIFS;
- (D) NFS;
- (E) Fibre Channel.

63

Joana, uma white hat (ou "hacker do bem"), identificou algumas vulnerabilidades de segurança na rede local do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ela encaminhou um email detalhado com todas as informações referentes às brechas de segurança existentes. Joana recomendou no e-mail que o TRF1 tivesse um processo para detectar, impedir ou recuperar-se de um ataque à segurança.

Caso a recomendação seja acatada, o mecanismo de segurança difuso a ser utilizado pelo Tribunal será o(a):

- (A) assinatura digital;
- (B) controle de acesso;
- (C) trilha de auditoria de segurança;
- (D) controle de roteamento;
- (E) preenchimento de tráfego.

64

De acordo com a ISO/IEC 27001, a Alta Direção de um órgão tem como atribuição a análise crítica contínua do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do órgão para garantir que os requisitos estabelecidos estejam alinhados e em conformidade com as suas necessidades, permitindo implementação de melhorias após as avaliações realizadas.

Durante a análise crítica do SGSI, a Alta Direção deve considerar:

- (A) mudança nas questões internas e externas que sejam relevantes para o SGSI;
- (B) realização de auditorias internas, definindo os seus critérios e escopos;
- (C) métodos para monitoramento, medição, análise e avaliação para assegurar resultados válidos;
- (D) o planejamento, implementação e controle dos processos necessários para atender aos requisitos do SGSI;
- (E) o armazenamento e preservação da informação documentada, incluindo a preservação da legibilidade.

65

Para incrementar a segurança no acesso aos sistemas sigilosos, a equipe de desenvolvedores de um órgão implementou uma autenticação baseada em múltiplos fatores. Além do uso de senhas pessoais e biometria, os usuários passaram a receber uma mensagem em seus dispositivos móveis para confirmar ou cancelar o acesso.

A terceira opção de autenticação baseada em múltiplos fatores, implementada pelos desenvolvedores, foi:

- (A) OTP
- (B) token OATH TOTP;
- (C) notificação push;
- (D) autenticação em hardware;
- (E) pergunta de segurança.

O servidor web corporativo do órgão ABC sofreu um ataque DDOS (*Distributed Denial of Service*), no qual o atacante realizou consultas DNS oriundas de diversos computadores. Os pacotes enviados pelos computadores atacantes tiveram seus endereços IP de origem alterados, por meio da técnica de IP *Spoofing*, para o endereço IP do servidor web do órgão. As solicitações para o servidor DNS foram realizadas com argumentos "ANY", resultando em respostas bem grandes, congestionando a rede e levando o servidor Web a negar seus serviços.

O servidor web sofreu um ataque DDOS do tipo:

- (A) flood TCP SYN;
- (B) amplificação de DNS;
- (C) inundação de DNS;
- (D) HTTP flood;
- (E) fragmentação de IP.

67

A Infraestrutura de chaves públicas brasileiras (ICP-Brasil) foi instituída para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos e aplicações que utilizem certificados digitais.

A cadeia de autoridades certificadoras ICP-Brasil possui uma Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), que é responsável por:

- (A) adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento da ICP-Brasil;
- (B) emitir certificados para o usuário final e gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos;
- (C) estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das Autoridades Certificadoras (ACs) e das Autoridades de Registro (ARs) e definir níveis da cadeia de certificação;
- (D) executar atividades de fiscalização e auditoria das Autoridades Certificadoras (ACs) e das Autoridades de Registro (ARs) e dos prestadores de serviço habilitados na ICP, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas;
- (E) estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras (ACs), das Autoridades de Registro (ARs) e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação.

68

Após a implantação de um novo sistema de gerenciamento de projetos no TRF1, problemas de integração surgiram, afetando a capacidade dos usuários de acessar dados essenciais para os projetos. João, técnico que atua no suporte de TI no Tribunal, trabalhou incansavelmente junto a sua equipe para resolver esses problemas, garantindo que os serviços de TI fossem entregues em conformidade com as expectativas dos usuários e alinhados com as especificações acordadas.

A atividade na cadeia de valor ITIL 4 que tem como objetivo garantir que os serviços sejam entregues e apoiados de acordo com as especificações acordadas e as expectativas das partes interessadas é a de:

- (A) planejamento e gerenciamento de portfólio;
- (B) gerenciamento de incidentes;
- (C) entrega e suporte;
- (D) gerenciamento de mudanças;
- (E) monitoramento e melhoria contínua.

69

O técnico de TI Paulo está participando da contratação do serviço de banco de dados em nuvem privada para o TRF1.

Segundo a ITIL 4, os custos envolvidos nas relações de serviço são os custos:

- (A) fixos e os custos variáveis;
- (B) de investimento e os custos de operação;
- (C) de aquisição e os custos de utilização da rede;
- (D) do fornecimento do serviço e os custos de treinamento de pessoal;
- (E) retirados do consumidor pelo serviço e os custos impostos ao consumidor pelo serviço.

70

João recebeu diversas informações sobre a rede de computadores do TRF1, especialmente sobre as sub-redes, os IPs e os serviços disponíveis nos servidores do Data Center. Para organizar essas informações e fazer algumas análises e gráficos, João decidiu elaborar uma planilha no LibreOffice.

Para isso, João deve utilizar o:

- (A) Calc;
- (B) Writer;
- (C) Excel;
- (D) Fórmula;
- (E) Draw.

71

Ao prestar suporte para um usuário da intranet do TRF1, Maria utilizou o computador do usuário para navegar pela internet, acessando sites e sistemas e configurando diversas opções, como, por exemplo, o idioma de preferência. Ao finalizar seu atendimento, Maria precisa limpar as preferências configuradas durante a navegação.

Para isso, Maria deve:

- (A) excluir cookies;
- (B) abrir janela anônima;
- (C) gerenciar extensões;
- (D) configurar sincronização;
- (E) limpar mecanismo de pesquisa.

72

Em um processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação do TRF1, cabe ao integrante técnico especificar, sempre que possível e necessário, os requisitos tecnológicos de:

- (A) formação da equipe que projetará termo de referência;
- (B) capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos para a equipe de planejamento da contratação;
- (C) arquitetura tecnológica, composta de padrões de segurança do ponto de vista do negócio, linguagens de programação e interfaces:
- (D) garantia e de manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas na contratação;
- (E) projeto de implantação da solução de tecnologia da informação e comunicação, que definem a metodologia de trabalho e comunicação entre as partes envolvidas na contratação.

A estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação (ENTIC-JUD) estabelece que todos os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter um comitê de governança e tecnologia da informação.

Esse comitê de governança é responsável por:

- (A) promover recomendações e adoção de boas práticas;
- (B) apoiar o desenvolvimento e estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais;
- (C) monitorar a execução orçamentária e financeira de tecnologia da informação e comunicação;
- (D) analisar, organizar e estruturar o atendimento das demandas de tecnologia da informação e comunicação;
- (E) definir a carteira de projetos e a gestão de portfólio de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

74

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece o consentimento como uma base legal que autoriza o tratamento de dados pessoais.

O consentimento é válido quando for fornecido:

- (A) antes do processamento dos dados pessoais informados pelo titular;
- (B) por algum meio que demonstre a manifestação de vontade do titular;
- (C) para todos os fins de que o tratamento de dados pessoais necessitar;
- (D) antes do armazenamento dos dados pessoais informados pelo titular;
- (E) por uma criança no seu melhor interesse e de forma específica e em destaque.

75

A plataforma digital do Poder Judiciário brasileiro (PDPJ-Br) foi criada com o objetivo integrar e consolidar os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um único ambiente unificado.

A PDPJ-Br tem por objetivo:

- (A) assegurar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pelos tribunais;
- (B) promover ações que possibilitem a troca de informações com os demais sistemas dos tribunais;
- (C) integrar e consolidar os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um ambiente distribuído;
- (D) elaborar um censo para identificar os sistemas processuais empregados em todos os tribunais e o grau de adesão ao processo judicial eletrônico;
- (E) implantar o conceito de desenvolvimento comunitário, no qual todos os tribunais contribuem com as melhores soluções tecnológicas para o aproveitamento comum.

76

A estratégia nacional de segurança cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) tem por objetivo aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário.

A ENSEC-PJ contempla ações destinadas a assegurar o(a):

- (A) disponibilidade, a integridade, a confiabilidade e a autenticação de dados e de informações;
- (B) segurança jurídica e a proteção de dados pessoais e institucionais, nos aspectos relacionados à tecnologia da informação;
- (C) funcionamento dos processos de trabalho e a continuidade operacional e das atividades fins e administrativas dos órgãos do poder judiciário;
- (D) respeito e promoção dos direitos humanos e das garantias fundamentais, em especial a liberdade de expressão e a proteção de dados pessoais;
- (E) sigilo das informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado e a inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

77

Caio, servidor público no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia federal, solicitou, em razão da sua função, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) de João, empresário, que havia ingressado com um pedido para regularizar, na esfera ambiental, as atividades do seu grupo empresarial. Registre-se que o pedido foi imediatamente refutado pelo particular.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio:

- (A) não responderá por qualquer crime, considerando que a solicitação foi prontamente refutada por João;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do reduzido valor solicitado, tornando a conduta atípica;
- (C) responderá pelo crime de corrupção passiva, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de corrupção ativa, na modalidade tentada:
- (E) responderá pelo crime de peculato, na modalidade tentada.

78

João, desafeto de longa data de Matheus, analista judiciário no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), compareceu ao Ministério Público Federal e informou que Matheus, no exercício das suas funções, estaria subtraindo diversos bens da repartição pública, muito embora soubesse ser ele inocente. A partir das informações colhidas, foi deflagrado um procedimento investigatório criminal em detrimento de Matheus. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) exercício arbitrário das próprias razões;
- (B) comunicação falsa de crime;
- (C) denunciação caluniosa;
- (D) fraude processual;
- (E) falso testemunho.

Matheus, conhecedor de que um vizinho tem uma ação em tramitação na subseção judiciária que abarca o município Alfa, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), recebeu R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a pretexto de influir na decisão do juiz federal titular da serventia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) usurpação de função pública;
- (B) advocacia administrativa;
- (C) exploração de prestígio;
- (D) favorecimento pessoal;
- (E) tráfico de influência.

80

Jorge, agente público federal competente, primário e portador de bons antecedentes, agindo de forma dolosa, deixou de comunicar à autoridade judiciária, no prazo legal, a prisão em flagrante de Caio. Ao ser ouvido sobre a matéria, Caio afirmou que não teria qualquer interesse em eventual persecução penal em detrimento de Jorge.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que Jorge:

- (A) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo período de dois a quatro anos;
- (B) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à obrigação de indenizar eventual dano causado pelo crime;
- (C) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, em razão da manifestação da vítima, que afirmou não ter interesse em eventual persecução penal contra Jorge;
- (D) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à perda do cargo ocupado;
- (E) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, por não ser membro de Poder.

Prova Discursiva

Problemas do país

Valor: 20 pontos

Se você se pergunta quais são os três maiores problemas sociais no Brasil hoje, nossa resposta é que são muito mais que esse número. Pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidades, racismo e desnutrição são alguns dos principais problemas sociais no Brasil. Podemos citar também a habitação precária, a discriminação no emprego, o abuso e negligência infantil e tantos outros.

Considere os seguintes tipos de problemas sociais com os quais nosso país se depara diariamente: saúde, moradia, educação, desemprego, drogas, violência, saneamento básico, desigualdade social, trabalho infantil, fome, desmatamento e racismo.

Na sua opinião, qual desses problemas é o mais grave no nosso país e que medidas podem ser tomadas para reduzir suas consequências? Diga o que você pensa a respeito em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

1				
5				
10	 	 	 	
15	 			
20				







Realização

